até a manhã do dia útil imediatamente posterior.

2º Os encargos e eventuais diferenças de valores a serem cobrados por conta do parcelamento via carrão de crédito f cam sob a responsabilidade do titular do cartão de crédito que aderir a essa modalidade de pagamento (Resolução Contran 619/16, Art. 25-A, §4º)

3º A entidade credenciada deverá demonstrar ao cliente as possibilidades de pagamento dos débitos junto ao DETRAN/PA, através de parcelamento com cartão de crédito, em parcelas f xas, acrescidas dos devidos custos relativos a operação, mediante simulação através do sitio eletrônico do DETRAN/PA, possibilitando ao titular do cartão de crédito decidir pela opção que melhor atenda às suas necessidades.

Art. 5º Não poderá haver desistência da transação f nanceira após o recebimento pelo DETRAN/PA da informação de aprovação e efetivação do pagamento.

Art.6º Custos e riscos decorrentes da inadimplência do compromisso assumido pelo titular do cartão com o respectivo pagamento do débito vinculado ao veículo não implicará em devolução do repasse efetuado, nem inclusão de restrição administrativa de circulação para o veículo origem do parcelamento.

CAPÍTULO III DO TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA E PERMISSIONAMENTO NÃO ONEROSO

Art. 7º Será f rmado entre o DETRAN-PA e a empresa credenciada um Termo de Cooperação Técnica e Permissionamento Não Oneroso, para permitir, a título precário e gratuito, a instalação e utilização de webservice entre os sistemas do DETRAN-PA e da Credenciada, através do qual este último acessará todos valores devidos pelos proprietários de veículos, pessoas físicas e/ou jurídicas.

Parágrafo único. A cooperação pretendida pelos partícipes consistirá nas seguintes atividades, respeitadas as devidas competências e atribuições:

- Realização de ações integradas de comunicação e mídia visando informar aos interessados a disponibilização de uma nova ferramenta para quitação de débitos;
- Encaminhamento diário das informações sobre as operações realizadas, bem como acompanhamento on line, se necessário;
- Conhecimento mútuo das normas e procedimentos de ambos partícipes;
- Informação clara aos usuários sobre o mecanismo de funcionamento da cooperação, bem como as informações relevantes de natureza f nanceira de cada operação, com os respectivos comprovantes.

CAPÍTULO IV DAS ATRIBUIÇÕES E OBRIGAÇÕES DA CREDENCIADA

Art. 8º Constituem atribuições da credenciada:

- Fornecer informações e orientações necessárias ao melhor desenvolvimento e utilização da ferramenta disponibilizada;
- Viabilizar a troca de informações de forma ágil e sistemática, observadas as políticas de segurança de cada partícipe e as limitações técnico-operacionais;
- Disponibilizar, a qualquer tempo, material de interesse relativo a ações complementares, devendo ser especificadas eventuais sugestões para adaptações de forma e conteúdo consideradas necessárias;
- Observar o direito autoral envolvendo cursos, programas ou qualquer material de divulgação institucional utilizado no curso da prestação;
- Levar, imediatamente, ao conhecimento das partes, ato ou ocorrência que interf ra no andamento das atividades decorrentes dos serviços, para adoção de medidas cabíveis;
- Notificar, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução das atividades decorrentes da prestação dos serviços;
- A Credenciada é responsável por todos os custos e ônus do serviço que pretende realizar, bem como, pela aquisição e instalação dos equipamentos para captura das transações;
- Implementar ferramenta opcional de facilitação à quitação de débitos de qualquer natureza, incidentes sobre veículos, no âmbito do Estado do Pará, mantendo o recolhimento e o repasse na forma habitual, ou seja integralmente à vista e sem qualquer ônus adicional.
- A Credenciada f ca impedida de modif car a natureza do serviço proposto, salvo expressa autorização do DETRAN-PA mediante Termo Aditivo.

Art. 9º. São obrigações das empresas credenciadas:

- franquear ao DETRAN-PA o acesso aos locais, instalações e equipamentos compreendidos na execução da atividade credenciada, durante a vigência do credenciamento;
- dar pronto atendimento a requisições administrativas e judiciais, observando-se os respectivos prazos;
- observar e manter sigilo e segurança sobre as informações recebidas e processadas, preservando a inviolabilidade da intimidade, da vida privada, da honra e da imagem das pessoas, assim como de quaisquer outros dados cuja publicidade seja restringida pela legislação vigente;
- responder consultas e atender convocações por parte do

DETRAN-PA, a respeito das matérias que envolvam a credenciada ou suas atividades objeto do credenciamento;

V - não terceirizar a atividade objeto-f m do credenciamento;

VI - utilizar o sistema informatizado do DETRAN-PA apenas para f ns previstos nesta Portaria;

VII - não praticar e/ou permitir que seus empregados e/ou prestadores de serviços pratiquem atos de improbidade contra a fé pública, contra o Patrimônio ou contra a Administração Pública ou Privada, previstos na Lei Federal nº 8.429/1992;

VIII - responsabilizar-se por todos os encargos trabalhistas, previdenciários, f scais, comerciais e tributários resultantes da execução dos serviços decorrentes do credenciamento;

IX - manter o sistema de informática destinado à prestação da atividade credenciada nas condições em que foi homologado, salvo no caso de adaptação da solução a posteriores regulamentações de ordem técnica por parte do DETRAN-PA;

X - comunicar ao DETRAN-PA, por escrito, quando verif car condições inadequadas ou a iminência de fatos que possam prejudicar a perfeita prestação da atividade credenciada;

XI - executar de forma regular e adequada, e ininterruptamente, a atividade credenciada;

CAPÍTULO V DAS OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS

Art. 10 O serviço será prestado SEM ÔNUS para o DETRAN-PA, não implicando compromissos nem obrigações f nanceiros ou transferência de recursos entre os partícipes, bem como não gera direito, de uma parte à outra, a indenizações, contraprestações pecuniárias, ressarcimentos e/ou reembolsos.

CAPÍTULO VI DA COMUNICAÇÃO

Art. 11 Será de responsabilidade da Credenciada a elaboração de arte relativa a todas as peças de comunicação visual referente ao serviço proposto, bem como a divulgação dos serviços na internet ou através de outras ferramentas de mídia disponíveis, às suas expensas.

1º A partir da arte apresentada, o DETRAN-PA poderá, ao seu critério, produzir parte do material gráfico de divulgação do serviço.

2º A credenciada poderá citar o apoio do DETRAN-PA em entrevistas e releases a serem encaminhados aos órgãos de imprensa quando da divulgação do serviço.

CAPÍTULO VII DO CREDENCIAMENTO

Art. 12. O Credenciamento se dará a título gratuito, não implicando compromissos nem obrigações f nanceiros ou transferência de recursos entre os partícipes, bem como não gera direito, de uma parte à outra, a indenizações, contraprestações pecuniárias, ressarcimentos e/ou reembolsos.

Art. 13. O credenciamento, de natureza jurídica precária e sem ônus para o DETRAN-PA, será conferido pelo período de 60 (sessenta) meses, podendo ser renovado, desde que atendidas as disposições legais vigentes, em conformidade ao permissivo legal contido no inciso II do artigo 57 da Lei Federal nº 8.666/1993.

Art. 14. Compete ao DETRAN-PA o controle e a gestão dos serviços e demais procedimentos disciplinados nesta Portaria, podendo, para tanto, editar normas complementares a sua operacionalização.

Art. 15. Para os f ns previstos nesta Portaria, f ca vedado à credenciada possuir vínculo direto com servidor do quadro permanente do DETRAN-PA, bem como ocupantes de cargo comissionado ou que esteja à disposição do órgão executivo estadual de trânsito.

Art. 16. O credenciamento de pessoa jurídica regularmente constituída é condição necessária para a implantação de sistema que permita aos proprietários de veículos a contratação de parcelamento de multas, impostos e outros débitos incidentes sobre veículos, com o uso de cartão de crédito ou à vista por meio de cartões de débito no Estado do Pará.

Parágrafo único. O credenciamento é ato intransferível, e as atividades dele decorrentes deverão ser realizadas exclusiva e diretamente pela empresa credenciada.

Art. 17. Caberá ao DETRAN-PA a supervisão e o controle de todo o processo, de forma privativa e intransferível, analisando documentos, procedimentos e apurando irregularidades ou denúncias.

Art. 18. A empresa credenciada deverá manter, durante o prazo de validade do credenciamento, todas as condições de habilitação e qualif cação exigidas nesta portaria.

Art. 19. A pessoa jurídica interessada, deverá apresentar requerimento de credenciamento, de acordo com o Anexo I desta Portaria, f rmado pelo representante legal da interessada, dirigido a Gerência de Licitação do DETRAN-PA, instruído com a seguinte documentação:

I - Documentação de habilitação jurídica:

- Contrato social, acompanhado das alterações posteriores ou da última consolidação e alterações posteriores a esta, arquivados no registro competente. Em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhados da ata, devidamente arquivada, de eleição da diretoria cujo

mandato esteja em curso; ou inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova da diretoria em exercício.

II - Documentação de regularidade f scal e trabalhista:

- prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;
- prova de regularidade f scal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02.10.2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

c) prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

d) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII - A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei 5.452, de 1º de maio de 1943;

e) prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

f) prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

g) caso o licitante seja considerado isento dos tributos municipais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Municipal do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

III - Demonstração de qualif cação técnica:

a) Declaração de que disporá de instalações, aparelhamento (incluindo hardwares e software) e pessoal técnico, adequados e disponíveis, para a realização dos serviços previstos nesta Portaria;

b) Comprovação, através de Atestados de Capacidade Técnica, fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, de que a empresa executa ou executou serviços objeto deste instrumento legal, onde esteja expresso o número não inferior a 30.000 (trinta mil) transações mensais, além de atender ao disposto nos incisos III, IV e VI da Portaria nº 53/2018 - DENATRA, publicada em 27 de março de 2018 no Diário Oficial da União.;

c) contrato f rmado com o BANCO DO ESTADO DO PARÁ - BANPARÁ, que viabilize a aceitação do cartão da referida instituição (bandeira BCARD) nas transações de pagamento de que trata esta portaria, obedecendo os termos do Contrato Administrativo n.º 035/2014 e Termo de Cooperação Técnica n.º 005/2016, ambos f rmados entre o DETRAN/PA e o BANPARÁ.

d) Comprovação de que o sistema apresentado pelo interessado contempla servidor web, instalado em "Data Center", com redundância de energia, condições apropriadas de refrigeração, manutenção 24 horas, gerencia proativa dos sistemas básicos, cabeamento estruturado e firewall, onde estarão os servidores de arquivamento central do Sistema, com todos os dados relevantes dos registros armazenados de forma segura e com garantia de acessibilidade de no mínimo 95,0% (noventa e cinco por cento) ao mês;

d.1 - A comprovação será feita mediante visita técnica dos servidores do DETRAN-PA, designados para tal fm, nas dependências da contratada, a qualquer tempo;

e) Declaração/certidão de entidade componente do sistema f nanceiro brasileiro, de que está autorizada para atuar como operadora de cartão de crédito e estar regular com a entidade regulamentadora.

f) estar autorizada como empresa facilitadora por instituição credenciadora supervisionada e homologada pelo Banco Central do Brasil, podendo processar pagamentos, inclusive parcelados, mediante usp de cartões de crédito normalmente aceitos no mercado f nanceiro.

g) estar em plena conformidade com ao padrões PCI-DSS (Payment Card Industry Data Security Standards), Padrão de Segurança de Dados da Indústria de Cartões de Pagamento, devendo possuir Certificação válida emitida por empresa de auditoria oficial credenciada pelo PCI-DSS;

h) comprovação de canal aberto de ouvidoria ou serviço de atendimento ao consumidor.

Art. 20 Como condição prévia ao exame da documentação exigida no Artigo anterior, a Gerência de Licitação do DETRAN-PA verif cará a consulta aos seguintes cadastros:

- Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (portal.datransparencia.gov.br/ceis);
- Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);
- Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União - TCU;

1º A consulta aos cadastros será realizada em nome da